

RAÍZES DO PARANÁ: O GUAIRÁ E SUAS RELAÇÕES DURANTE A IDADE MODERNA

ROOTS OF PARANÁ: GUAIRÁ AND ITS RELATIONSHIPS DURING THE MODERN AGE

Andreza da Silva Vieira*

vieira.z@outlook.com

Sezinando Luiz Menezes**

sezinandoluizmenezes@gmail.com

Célio Juvenal Costa***

celiojuvenalcosta@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa as dinâmicas territoriais e sociais do Guairá durante a Idade Moderna, enfocando as interações entre indígenas, espanhóis, portugueses e jesuítas. A partir da geografia estratégica da região e dos caminhos de Peabirú, que conectavam diversos grupos, o estudo investiga como os diferentes atores europeus se organizaram no espaço e como suas ações influenciaram a convivência e os conflitos com os nativos. O artigo destaca a atuação das missões jesuíticas e suas relações com as populações indígenas, bem como os embates com os moradores da vila de São Paulo. Além disso, são abordadas as trocas culturais, os interesses econômicos e as tensões entre os diversos grupos, oferecendo uma reflexão sobre o impacto dessas interações na formação histórica do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Guairá; Missões jesuíticas; Caminhos indígenas; moradores de São Paulo; Administração espanhola.

ABSTRACT: This article analyzes the territorial, social, and cultural dynamics of Guairá during the Early Modern period, focusing on the interactions between indigenous peoples, Spaniards, Portuguese, and Jesuits. Based on the region's strategic geography and the Peabirú paths, which connected various groups, the study investigates how different European actors organized themselves in the area and how their actions influenced coexistence and conflicts with the natives. The article highlights the role of Jesuit missions and their relations with indigenous populations, as well as the clashes with the residents of the village of São Paulo. Additionally, it addresses cultural exchanges, economic interests, and tensions between the various groups, offering a reflection on the impact of these interactions on the historical formation of Paraná.

KEYWORDS: Guairá; Jesuit missions; Indigenous pathways; residents of São Paulo's village; Spanish administration.

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com pesquisa na linha História, Culturas e Narrativas (2024). É também mestre (2019) na mesma área e especialista (2019) em História, com ênfase em Revoluções e Movimentos Sociais, pela mesma instituição, onde se graduou em Licenciatura Plena (2016).

** Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1999) e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1992). Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

*** Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba; Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Docente da Universidade Estadual de Maringá, dos cursos de Pedagogia nas modalidades presencial e a distância e do mestrado e doutorado em Educação.

Antes da chegada dos europeus, o território americano já era um espaço complexo, marcado por diversas sociedades, caminhos e redes de interação entre diferentes grupos indígenas. Quando os europeus desembarcaram, tiveram de se adaptar a essa realidade, estabelecendo alianças com grupos locais para garantir sua sobrevivência e expansão. Essas alianças, muitas vezes mediadas por interesses mútuos, também desencadearam conflitos e transformações nas dinâmicas indígenas. O território do Guairá, que corresponde em grande parte ao Paraná atual, é um exemplo desse cenário, funcionando como um palco de encontros e disputas entre moradores das vilas, jesuítas e indígenas.

O Guairá, antes habitado apenas por grupos nativos, passou a receber novos visitantes e moradores a partir dos séculos XVI e XVII. Sejam espanhóis ou portugueses, os europeus que transitaram por esse espaço acabaram por registrar suas versões e visões sobre o território. Cada grupo, com seus próprios interesses, subdividido em diferentes novos grupos, construiu uma percepção distinta do Guairá. Os jesuítas, por exemplo, tinham uma visão diferente daquela dos moradores da vila de São Paulo, que por sua vez divergiam da perspectiva dos administradores espanhóis.

Os relatos e produções desses personagens frequentemente apresentaram uma visão estereotipada sobre diversas questões, especialmente sobre os hábitos e costumes dos nativos indígenas. Por isso, utilizaremos essas citações não como reflexos fidedignos da realidade, mas como uma maneira de compreender a percepção europeia sobre o território, que, embora único, era visto de diferentes ângulos. Além disso, é preciso reconhecer que esses viajantes e moradores europeus precisaram aprender com os nativos para sobreviverem nesse novo espaço.

O significado do Guairá também foi parte da divisão territorial estratégica organizada pela administração espanhola. Contudo, é importante lembrar que, embora os espaços fossem definidos na cartografia, eles se mostraram fluidos nas narrativas da época. Assim, a ideia oficial do Guairá, conforme registrada, foi influenciada pela visão de um único grupo, mas entendemos que as fronteiras desse território ultrapassaram as percepções da administração espanhola, uma vez que foi um espaço de contato e relações sociais entre diferentes povos, culturas e línguas.

Nosso objetivo é promover uma reflexão sobre as dinâmicas territoriais e sociais existentes no Guairá durante a Idade Moderna. Para isso, vamos analisar as interações entre as sociedades indígenas, espanhóis e portugueses, incluindo os jesuítas, e como suas ações se relacionaram com a geografia da região. Buscaremos compreender a importância dos Caminhos de Peabirú para a conexão do território com outros espaços e como essas dinâmicas influenciaram a convivência e os conflitos entre os diferentes grupos.

A metodologia adotada para este estudo baseia-se na análise de fontes primárias, especialmente as narrativas produzidas pelos jesuítas e pelos moradores da vila de São Paulo, que registraram suas vivências e percepções sobre o Guairá. Essas fontes oferecem diferentes perspectivas sobre as interações entre os europeus e os povos indígenas da região, e são importantes para entender as dinâmicas sociais e territoriais do período.

Serão considerados os estudos e análises de historiadores, cujas contribuições enriquecem a compreensão das relações interculturais e das políticas administrativas europeias implementadas na região. A partir dessas fontes, a pesquisa busca estabelecer uma visão plural do território, levando em consideração as narrativas de diversos grupos envolvidos e as interpretações historiográficas que influenciam a leitura do passado.

O Guairá foi palco de encontros e disputas que envolveram moradores de vilas, jesuítas e diversas comunidades indígenas durante a Idade Moderna. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas sociais e territoriais que marcaram esse espaço, explorando os conflitos, as alianças e as transformações ocorridas, com ênfase nas relações entre jesuítas e indígenas e nos embates com os moradores da vila de São Paulo. A investigação busca compreender como essas interações contribuíram para a formação histórica do Paraná.

O Guairá: geografia local

Nos séculos XVI e XVII o território americano era composto por diferentes sociedades indígenas, interligadas por caminhos e redes de interação que promoviam trocas sociais e econômicas. Essas relações evidenciam que a América não era um espaço estático, mas um continente em constante transformação, marcado por formas dinâmicas de organização territorial.

Com a introdução de novos grupos sociais, o cenário colonial tornou-se ainda mais complexo. Para sobreviver, portugueses e espanhóis precisaram adaptar-se às realidades locais, o que os levou a interagir com os grupos indígenas e a estabelecer alianças. Como observa Perrone-Moisés (1992, p. 116),

[...] os gentios cuja conversão justificava a própria presença europeia na América eram a mão-de-obra sem a qual não se podia cultivar a terra, defendê-la de ataques de inimigos tanto europeus quanto indígenas, enfim, sem a qual o projeto colonial era inviável (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 116).

Segundo a autora, essas alianças eram fluidas, baseadas nas relações individuais entre os diferentes grupos e seus interesses. Portanto, não eram unilaterais, mas fundamentadas em interesses mútuos, como proteção contra inimigos ou acesso a recursos estratégicos, que variavam de acordo com cada grupo ou pessoa envolvida. Com o tempo, essas relações frequentemente geravam novos conflitos, reconfigurando as dinâmicas entre os nativos, o território e os moradores das vilas portuguesas e espanholas.

Antes de abordar a presença europeia no Guairá, devemos considerar os povos indígenas que habitavam a região. A análise de suas formas de organização, dinâmicas de ocupação e redes de circulação permite compreender as interações que marcaram esse território antes e durante o processo de contato entre os povos.

De acordo com pesquisadores como Ramón I. Cardozo (1938), o território do Guairá era habitado por diversos grupos Guarani, que, embora divididos entre si, compartilhavam certos hábitos e práticas comuns. Esses grupos, apesar das diferenças regionais, mantinham uma coesão, especialmente no que

diz respeito à língua e aos vínculos espirituais. As populações Guarani do Guairá, por mais que fossem autônomas, possuíam uma unidade social que facilitava a interação entre elas e a organização do território.

Como se sabe, la nación guaraní se extendía por casi toda la comarca costanera del Atlántico, desde la Florida hasta el Río de la Plata, de norte a sur, y del Atlántico a los Andes de este a oeste, bacia donde, en algunas partes, se produjeron choques entre las dos grandes razas -la guaraní y la incaica- que se disputaban la posesión de la altiplanicie como ocurrió en las comarcas parapitienses, o bien, infiltraciones pacíficas como en las regiones del actual norte argentino. Esta nación andariega y dominadora era a la vez guerrera de donde le vino el nombre de guaraní (guerrear). El guaraní no llegó a formar grandes nucleaciones sociales-políticas como los aztecas y los incas, sino eran una gran colectividad de numerosas tribus o parcialidades, aisladas e independientes que recibían sus nominativos totémicos pero que mantenían, no obstante, una homogeneidad y cierta unión espiritual mediante el vínculo de la común lengua [...] (Cardozo, 1938, p. 21).

A citação de Ramón I. Cardozo (1938) descreve a extensão geográfica e a organização social da nação Guarani. Os Guarani ocupavam uma vasta área, desde a Florida até o Rio da Prata, com conflitos com os incas em algumas regiões e interações pacíficas em outras.

Nesse contexto, o território do Guairá, localizado em grande parte no atual estado do Paraná, destacou-se como um espaço central de interações. Designado pelos administradores espanhóis, o termo Guairá referia-se a uma região que, inicialmente, integrava o Paraguai. Com a organização do Tratado de Tordesilhas entre lusitanos e espanhóis, o território tornou-se alvo de disputa, sendo cobiçado por diferentes grupos devido à sua posição estratégica. A presença de diversas vias fluviais favorecia a comunicação e o deslocamento entre regiões, tornando o Guairá um local estratégico nas dinâmicas territoriais da época.

Em pleno século XVII, quando os rios constituíam o meio principal de transporte, o Guairá destacava-se não só pela sua condição fronteiriça, como também pela quantidade de rios navegáveis: Paranapanema, o qual propiciava o acesso de quem vinha do leste (São Paulo, São Vicente) até o rio Paraná, desse rio podia-se chegar a Assunção, no Paraguai (Oliveira, 2003, p. 50).

A citação de Oséias de Oliveira (2003) destaca a importância do território do Guairá como um espaço de circulação e conexão entre regiões. Em um período em que os rios eram as principais vias de transporte, o Guairá se destacava tanto por sua posição fronteiriça quanto pela abundância de cursos d'água navegáveis. O rio Paranapanema, por exemplo, permitia o deslocamento entre São Vicente, São Paulo e o rio Paraná, facilitando o acesso a Assunção, no Paraguai. Essa rede fluvial viabilizava o contato entre europeus e indígenas, além de possibilitar o fluxo de mercadorias, pessoas e informações, contribuindo para a dinâmica econômica e social da região.

O território apresenta dois tipos climáticos: tropical de altitude e subtropical. O primeiro, predominante próximo aos rios Paranapanema e Tibagi, possui estações bem definidas, com verões chuvosos, invernos secos e temperaturas amenizadas pela altitude. O clima subtropical, característico do

interior do Guairá, registra médias térmicas de até 17ºC, verões quentes, invernos frios e chuvas ao longo do ano. Essas condições geográficas favoreceram a formação de um caminho natural que ligava a costa atlântica ao interior do continente. Utilizada por diversos grupos nativos, essa rota era conhecida como “Caminhos de Peabirú” pelos indígenas e “Caminho de São Tomé” pelos jesuítas (Oliveira, 2003).

Povos indígenas, padres jesuítas e moradores da vila de São Paulo se beneficiaram dessas trilhas. Nos séculos XVI e XVII, a escassez de vias de comunicação tornava os caminhos terrestres essenciais. A maioria das vilas portuguesas localizava-se no litoral, facilitando o contato com a metrópole. São Paulo de Piratininga, distante do mar, dependia dessas rotas para acessar o litoral e manter relações administrativas, além de expandir sua ocupação pelo interior. Os jesuítas, ao seguir os povos nativos, utilizavam essas trilhas para conhecer melhor as sociedades indígenas, difundir o cristianismo e estabelecer aldeamentos e igrejas.

Para os moradores da vila de São Paulo, a passagem pelo Guairá simbolizava o acesso às rotas indígenas que os conduziam às almejadas riquezas, especialmente o ouro dos Andes. Para os padres da Companhia de Jesus, o Guairá representava um local estratégico para a fixação de aldeamentos. Por contar com numerosas vias fluviais e terrestres, como o caminho de Peabirú, o contato com diferentes sociedades indígenas tornava-se mais acessível. Além disso, o Guairá era amplamente utilizado por grupos nativos em seus processos migratórios, o que possibilitava aos jesuítas expandirem suas iniciativas de catequização e evangelização, atendendo àqueles que consideravam necessitados da fé cristã.

A rede de trilhas conhecida como caminhos de Peabirú - caminhos milenares construídos e utilizados por povos indígenas - constituíam importantes vias de conexão entre o litoral atlântico e o interior do continente sul-americano. Os caminhos serviram como espaço de circulação de saberes, articulando diferentes grupos sociais e possibilitando o trânsito entre regiões que hoje permeiam o Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru. Esse caminho, que constituía uma primitiva via indígena de comunicação era chamado, pelos índios de “Peabirú ou Peabiyú” e “caminho de São Tomé” pelos jesuítas.

O padre Pedro Lozano conta que “el camino de los guaraníes llamado Peabirú extendia-se por 200 leguas, de San Vicente, costa del Brasil, al Paraná com um ancho de ocho palmos y cubierto de um pasto my menudo” (LOZANO, 1874, p. 86). Iniciando no Sul do Peru, com passagem pela Bolívia, Paraguai e terminando na orla marítima brasileira, o caminho de Peabirú possuía diversas rotas secundárias, sobre as quais Ramón I. Cardozo afirma que uma dessas vias passava pelo Guairá a costa do Brasil, outra saia de Santa Catarina e chegava ao Salto Iguaçu e mais uma que ia desse Salto para o interior do Guairá (Oliveira, 2006, p. 53).

As trilhas, portanto, constituíram importantes pontos de conexão entre diversos grupos sociais. Mesmo aqueles que chegaram ao território por meio das embarcações europeias reconheceram a funcionalidade desses caminhos. Para os moradores de São Paulo, localizados no planalto de Piratininga e enfrentando dificuldades de acesso ao litoral, essas rotas representaram uma alternativa viável para explorar o interior. Assim, viram nos caminhos indígenas uma oportunidade de adentrar novos territórios,

valendo-se da experiência dos nativos para orientá-los e da estrutura já estabelecida para viabilizar seus deslocamentos.

Presença ibérica no Guairá

A partir das discussões realizadas, se percebe como a geografia do Guairá e o contato com os grupos que ali transitavam favoreceram o estabelecimento de novas relações sociais. A presença ibérica no território esteve ligada a distintos interesses, entre eles os religiosos e administrativos. Tais motivações impulsionaram a chegada de diversos agentes europeus e de seus descendentes, que, ao interagir com os povos nativos, produziram transformações significativas na dinâmica local. Dentre esses grupos, destacam-se os padres jesuítas, tanto espanhóis quanto portugueses, cuja atuação no Paraguai enfrentou inúmeros desafios. Por se tratar de uma região de fronteira entre as Coroas de Castela e Portugal, o Guairá era marcado por disputas jurisdicionais e incertezas administrativas que impactaram diretamente os projetos missionários e as relações com as populações indígenas.

Com a união das Coroas ibéricas em 1580, os obstáculos geográficos e políticos que limitavam a circulação entre os domínios portugueses e castelhanos foram atenuados. Portugal manteve sua autonomia administrativa e passou a ter maior facilidade de acesso aos territórios castelhanos, enquanto a presença espanhola se intensificou em diferentes regiões do Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a proteção das fronteiras. Nesse contexto, a Província do Guairá, então subordinada à governação do Paraguai, destacava-se como uma zona de conflito. Com solo fértil, ampla população indígena, rios navegáveis e caminhos ancestrais, a região — hoje correspondente ao estado do Paraná — era uma área de fronteira entre as coroas ibéricas e, por isso, tornou-se ponto estratégico de circulação, disputa territorial e reivindicação de direitos.

Beatriz Perrone-Moisés (1992) explica que, na legislação indigenista produzida pelos europeus, as relações entre moradores indígenas e estrangeiros dependiam do contato pacífico ou hostil desses nativos em relação aos estrangeiros. Como observa a autora:

Havia, no Brasil colonial, índios aldeados e aliados dos portugueses, e índios inimigos espalhados pelos ‘sertões’. À diferença irreductível entre ‘índios amigos’ e ‘gentio bravo’ corresponde um corte na legislação e política indigenistas que, encaradas sob esse prisma, já não aparecem como uma linha tortuosa crivada de contradições, e sim duas, com oscilações menos fundamentais. Nesse sentido, pode-se seguir uma linha de política indigenista que se aplica aos índios aldeados e aliados e uma outra, relativa aos inimigos, cujos princípios se mantêm ao longo da colonização. Nas grandes leis de liberdade, a distinção entre aliados e inimigos é anulada e as duas políticas se sobrepõem (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 117).

Nesse contexto, as atuações de personagens como os padres jesuítas no espaço interiorano eram permeadas por essas distinções, que se mostravam flexíveis e frequentemente variáveis, reforçando a natureza fluida das relações coloniais.

De acordo com Lozano (1874), a presença jesuítica no Guairá no século XVI foi marcada pelas atuações dos padres Tomás Fields e Manuel Ortega. A chegada desses religiosos atendeu, em parte, aos apelos feitos pelos próprios habitantes do território, que, por meio do Cabildo, solicitaram ao governo da Província do Paraguai o envio de missionários para atender às suas necessidades espirituais e materiais. “Rogamos (decía el Cabildo) y suplicamos a VV.RR. por amor de Jesucristo crucificado se compadezcam de nuestra extrema necesidad espiritual y temporal en que nos hallanos (...)" (Lozano, 1874, p. 71). A solicitação dos moradores evidencia que a atuação jesuítica não foi imposta de forma unilateral, mas também resultante de negociações e expectativas locais. Os pedidos expressam a carência de assistência religiosa e institucional e revelam que os habitantes do Guairá compreendiam a presença dos padres como um auxílio diante das adversidades enfrentadas na região. Assim, a missão foi concebida como um esforço conjunto entre colonos e representantes eclesiásticos, articulando interesses diversos em um território ainda em disputa.

A presença jesuítica no Guairá vinculou-se às transformações econômicas pelas quais passava a região do Paraguai. O esgotamento das formas anteriores de exploração da mão de obra indígena, somado às revoltas dos nativos e ao processo de despovoamento de áreas importantes, exigiu novas estratégias para a manutenção da ordem (Oliveira, 2006). A redução jesuítica surgiu como tentativa de reorganizar o território e viabilizar uma forma de exploração da mão de obra indígena que fosse, ao mesmo tempo, controlada e compatível com os interesses da Coroa. A atuação dos jesuítas propunha um modelo de assentamento que visava **à fixação dos povos originários em núcleos permanentes, facilitando a tributação e a vigilância por parte das autoridades.**

As reduções jesuíticas tinham como fundamento a evangelização dos povos indígenas. A missão atribuída à Companhia de Jesus previa não apenas a catequese, mas também a transformação dos modos de vida dos nativos, impondo práticas cristãs e valores europeus. A redução constituía-se como um espaço de disciplinamento cultural, em que o cotidiano dos indígenas passava a ser rigidamente organizado segundo preceitos religiosos. A pacificação proposta pela Igreja era, nesse sentido, inseparável de um projeto de controle simbólico e espiritual, que convertia o território e seus habitantes à lógica da cristandade.

Segundo Perrone-Moisés (1992), a organização das reduções jesuíticas seguia princípios de persuasão e brandura, priorizando a cooperação voluntária dos índios. Os padres deviam convencê-los de que estariam livres, senhores de suas terras nas aldeias, e que viveriam melhor do que no sertão, de forma que não pudessem alegar terem sido conduzidos por engano ou contra sua vontade. Somente aqueles que aceitassem espontaneamente deveriam se deslocar para as aldeias, sendo vedada qualquer forma de coação, conforme estabeleciam a legislação de 1611 e o Regimento das Missões de 1686. A ilegalidade do uso da força para o deslocamento indígena permaneceu reiteradamente afirmada ao longo do século XVIII. Vale lembrar que legislação nem sempre correspondia à realidade vivida no período, e as práticas efetivas divergiam dos princípios estabelecidos.

Em sua obra *A Heresia dos índios*, Ronaldo Vainfas¹ (1995) afirma que a guerra se misturava com a resistência, ao mesmo tempo em que os conhecimentos morais do cristianismo e da vida europeia também circulavam entre os indígenas. Como ele explica:

Falar em idolatrias insurgentes significa referir-se, antes de tudo, a movimentos sectários, animados por mensagens francamente hostis ao europeu, sobretudo à exploração colonial e ao cristianismo, não obstante algumas delas tenham assimilado, em maior ou menor grau, ingredientes do catolicismo que tanto rejeitavam. Na dinâmica de tais idolatrias, organizadas em função da defesa das tradições ameríndias, as atitudes de resistência oscilavam da ‘guerra cósmica’ à luta armada - mais factível esta última quando os movimentos ocorriam em regiões de fronteira, ou seja, em áreas incompleta ou precariamente dominadas pelos colonizadores (VAINFAS, 1995, p. 33-34).

Vainfas (1995) exemplifica bem o território onde o Guairá se localizava. Distante das administrações tanto espanholas quanto portuguesas, ocupava posição estratégica, conectando diversos grupos indígenas da região. Nesse contexto, percebe-se o ideal que os jesuítas buscavam impor aos moradores dos aldeamentos, mas que nem sempre se concretizava de forma pacífica. Para tentar manter o ideal em prática, observou-se o início de uma escravização legal, respaldada pelo conceito de “guerra justa”. Segundo Perrone-Moisés (1992), as causas justificáveis para uma guerra justa incluíam a recusa de um indivíduo ou grupo à conversão cristã, a prática de hostilidades contra os estrangeiros e a quebra de alianças. Essa perspectiva evidencia a presença de diversos indivíduos que resistiam à imposição dos princípios cristãos, configurando uma forma de resistência constante nos espaços penetrados pelos europeus.

A escolha dos locais destinados às reduções também foi objeto de atenção estratégica por parte dos jesuítas. Como evidencia Arthur Rabuske (1975)², buscava-se instalar os aldeamentos em regiões propícias à fixação dos indígenas, com boas condições de pesca, solo fértil, clima ameno e ausência de fatores naturais que pudesse comprometer a permanência dos moradores:

No sítio mais perto e apto façam a redução e povoação, como acaso será na boca do Tibajiba ou perto dela. Nisso advertirão primeiro que tenha água, pescaria, boas terras e que estas não sejam todas alagadiças nem muito quentes, mas tenham bom clima e se apresentem sem mosquitos e isentas de outros incômodos, onde possam manter-se e fixar até 800 ou 1000 índios (Rabuske, 1975, p. 174).

A menção à boca do rio Tibaji revela que o Guairá, com sua abundância de recursos naturais e localização privilegiada, constituía-se como espaço ideal para a implantação dessas comunidades. Assim, o território se consolidava não apenas como zona de fronteira e disputa entre os impérios ibéricos, mas como área estratégica para a consolidação do projeto missionário da Companhia de Jesus.

Para além da presença jesuítica, o território também recebeu administradores espanhóis. Aleixo Garcia, em 1524, e Álvar Núñez Cabeza de Vaca, entre 1541 e 1542, lideraram expedições que buscavam

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Dedicado a pesquisas e orientação em história ibero-americana, luso-asiática, luso-africana e luso-brasileira entre os séculos XVI e XVIII.

² Arthur José Rabuske (1924-2010), jesuíta e historiador, destacou-se pelos estudos sobre imigração no Rio grande do Sul e conservação de acervos históricos.

rotas entre o litoral brasileiro e o Paraguai. Assim como os missionários, Cabeza de Vaca e outros, utilizaram os caminhos de Peabirú. Essas trilhas, mantidas pelos indígenas por meio do cultivo de gramíneas rasteiras que impediam o crescimento da vegetação densa, garantiam a circulação por vastas áreas (Parellada, 2005)³. Eram, portanto, caminhos construídos. Não surgiram ao acaso, mas sim como resultado da ação planejada e da manutenção contínua realizada por diversos grupos nativos.

A presença ibérica no Guairá revela uma confluência de interesses religiosos, econômicos e geopolíticos. A atuação jesuítica, com a construção das reduções, representou uma tentativa de reorganizar o território e impor uma nova lógica social e espiritual. Essa lógica pautada na catequese e no disciplinamento cultural, foi também um mecanismo de controle dos povos originários, utilizados como mão de obra tanto por espanhóis quanto por colonos portugueses. Cabe destacar que a execução dessas ações não ocorreu de forma isolada, mas integrou um projeto mais amplo de dominação que, ironicamente, dependia dos conhecimentos daqueles mesmos grupos que os europeus pretendiam submeter.

Tanto os jesuítas quanto os administradores ibéricos recorreram aos saberes indígenas para viabilizar suas empreitadas. Os caminhos de Peabirú, as técnicas de manejo ambiental, a escolha dos locais para os assentamentos e o conhecimento sobre os recursos naturais evidenciam que a ocupação europeia se sustentou em formas de conhecimento produzidas e transmitidas por diversas etnias nativas. Embora os discursos frequentemente invisibilizem esse protagonismo, é possível reconhecer que os grupos indígenas desempenharam um papel central na configuração das dinâmicas territoriais da região. Foram agentes singulares desse processo.

Moradores da vila de Piratininga no Guairá

O território do Guairá e suas trilhas indígenas foram utilizados não apenas por europeus e povos originários, mas também pelos moradores das vilas que começavam a se constituir como núcleos administrativos. Os habitantes da vila de São Paulo, por exemplo, mantiveram contato com os territórios do interior que denominavam genericamente de sertão.

Este subtópico tem como objetivo abordar as relações entre os moradores da vila de São Paulo, a região do Guairá e os caminhos de Peabiru, analisando suas ações e percepções. Pretende-se demonstrar como esses moradores compreendiam o sertão e o que julgavam ser o desconhecido. Ainda que fossem, em tese, súditos da Coroa portuguesa, suas práticas e modos de ocupação revelam influências do contato direto com os territórios e com os grupos nativos locais, o que, muitas vezes, se sobreponha à comunicação com a administração, dificultada pelas barreiras naturais da Serra do Mar.

O significado do que se entendia por sertão, à época, articulava-se ao imaginário e à geografia simbólica construída pelos habitantes da colônia. O termo foi adquirindo conotações ambíguas e complementares, evidenciando a relação entre a percepção do espaço e a formação de um imaginário

³ Claudia Inês Parellada, arqueóloga e professora da UFPR, atua em arqueologia pré-colonial e histórica, com ênfase na paisagem e arte rupestre.

sobre o interior desconhecido (Rêgo, 2016)⁴. No dicionário português moderno, sertão era definido como “região apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras” (Bluteau, 1728, p. 613)⁵. Por ser um conceito vago e generalizado, a noção de sertão se associava aos sonhos e desejos individuais de aventureiros e moradores. A ausência de delimitação territorial precisa, somada ao escasso conhecimento concreto, abria espaço para infinitas possibilidades imaginárias.

Para os moradores da época, o sertão não correspondia a um lugar fixo, mas a extensas áreas pouco ocupadas, especialmente pelos portugueses, que faziam fronteira com as regiões litorâneas sob seu controle. A distinção entre sertão e litoral era fluida e variava conforme a perspectiva de quem observava. Segundo o jesuíta José de Anchieta (1933)⁶, até mesmo a vila de São Paulo — um assentamento de origem portuguesa — localizava-se em pleno sertão.

Para o sertão, caminho do Noroeste, além de umas altíssimas serras que estão sobre o mar, tem a vila de Piratininga ou de São Paulo, 14 ou 15 leguas da vila de S. Vicente, três por mar e as mais por terra, por uns dos mais trabalhosos caminhos que creio ha em muita parte do mundo (Anchieta, 1933, p. 320).

Para além dos padres, outros indivíduos escreveram sobre a distância entre a vila de São Paulo e os demais espaços portugueses na América. Gabriel Soares de Sousa, dono de engenho, comerciante, sertanista e navegador português nascido no Ribatejo, ficou conhecido por escrever o *Tratado Descritivo do Brasil* (1587), um dos primeiros relatos sobre o Brasil colonial que contém várias informações sobre o país. Em relação a São Paulo, Gabriel Soares de Sousa (1879)⁷ afirma, logo no início de seu tratado, que a vila estava situada no sertão, ao contrário das demais vilas de São Vicente.

Pelo sertão desta capitania nove léguas está a vila de São Paulo, onde geralmente se diz “o campo”, na qual vila está um mosteiro dos padres da companhia, e de redor dela quatro ou cinco léguas⁸ estão quatro aldeias de índios forros cristãos, que os padres doutrinam; e servem-se desta vila para o mar pelo esteiro do Ramalho. Tem vila mais dois ou três engenhos de açúcar na ilha e terra firme; mas todos fazem pouco açúcar, por não irem lá navios que o tragam (Sousa, 1879, p. 111).

As narrativas foram fornecidas por viajantes que tiveram apenas breves encontros com a vila de São Paulo. No entanto, para os residentes, as percepções divergiam das relatadas pelos viajantes. As atas registravam as atividades cotidianas de forma a destacar que eles não habitavam o sertão, pois este situava-se além dos limites da vila de São Paulo. De acordo com os moradores, a vila constituía parte integrante de sua realidade geográfica, ao passo que o sertão representava o desconhecido a ser explorado em busca

⁴ André Heráclio do Rego, diplomata e historiador, pesquisa imagens do sertão no Brasil e África Iusófona nos séculos XIX e XX.

⁵ Rafael Bluteau (1638–1734), clérigo e lexicógrafo, autor do primeiro dicionário de língua portuguesa, o *Vocabulário Português e Latino*.

⁶ José de Anchieta (1534–1597), jesuíta espanhol, foi missionário no Brasil e introdutor da poesia e do teatro na literatura colonial.

⁷ Gabriel Soares de Sousa (c.1540–1591), colono e historiador português, escreveu sobre a terra e os povos do Brasil no século XVI.

⁸ As distâncias mencionadas no documento original, “nove léguas” e “quatro ou cinco léguas”, foram convertidas para quilômetros, sendo estas de aproximadamente 59,4 quilômetros e 26,4 a 33 quilômetros, respectivamente.

de riquezas. Um exemplo desse contexto pode ser encontrado em registros datados de 1620, nos quais os moradores foram advertidos e proibidos de aventurar-se no sertão.

Aos vinte dias do mes de janrº de mil e seis sentos e vinte estando os ofisais abaxho asinados em camara na caza do conselho dela lerão hũ mandado q lhes veo do capitão mor gomsalo corea de sa no qual mandava o dito capitão mor fose joze preto a noteficar simião alves e os mais cōpanheiros q ião aos sertões sem ordem nẽ lisensa aos quoais hele dito joze preto fose notefiquar não fisesem a dita viajem pera o qual os ditos ofisais mandarão vir ante si o dito joze preto propomadolhe em como o dito caipitão mor mādava ao dito joze preto fose fazer a dita deligensia cō quatro omes em sua cōpanhia como no dito mādado e provizão cōtinha a qual provizão e mādado lhe foi emtregue a ele dito joze preto cujo treslado e teor fiqua nesta camara no lyvro do Registro dela e de como asin emtregarão a dita provizão e mādado ao dito joze preto y hele dito resebeo dizendo faria a dita deligensia o asinou aqui cō os ditos ofisais eu joão ferº dormōdo escrivão q o escrevi (Actas, 1915, p. 424).

A ata da câmara de São Paulo acima, datada de 1620, revela tensões entre os interesses dos moradores e os limites impostos pela administração. A proibição expressa, por parte do capitão-mor Gonçalo Correia de Sá, de que Simão Alves e seus companheiros partissem aos sertões sem licença, evidencia que, embora o sertão fosse concebido como espaço de oportunidades e recursos, seu acesso era objeto de disputa e controle. Essa intervenção demonstra a tentativa da Coroa portuguesa de regulamentar as ações autônomas dos paulistas, que muitas vezes transgrediam os limites legais em busca de lucros, especialmente com a escravização indígena. O trecho reforça a discussão sobre a relação prática e cotidiana desses moradores com o interior, mostrando que, apesar das proibições oficiais, havia uma movimentação frequente em direção ao sertão, impulsionada por interesses próprios e sustentada por saberes locais — o que, em última instância, revelava uma autonomia relativa frente às determinações do poder colonial.

O sertão era comumente retratado como um lugar distante, inóspito e perigoso. Ainda assim, apesar das ameaças e advertências, os moradores da vila estavam dispostos a enfrentá-lo. Entre os séculos XVI e XVII, a principal atividade econômica no planalto era a incursão aos sertões com o objetivo de capturar indígenas para escravização. Embora a fertilidade do solo permitisse o cultivo agrícola, o comércio de indígenas escravizados tornou-se altamente lucrativo, tanto pela venda para plantações e engenhos de outras regiões quanto pelo uso dessa mão de obra local em atividades domésticas e agrícolas (Prezia, 2008)⁹.

Muitas dessas incursões utilizavam os caminhos de Peabiru, já mencionados anteriormente. Ao longo dos séculos, essas expedições passaram da simples exploração ao saque de reduções e ao aprisionamento sistemático de indígenas. A partir de 1585, a Província do Guairá sofreu intensos ataques de bandeirantes paulistas, que visavam à captura de indígenas para o trabalho forçado. Esses ataques culminaram na destruição das reduções jesuíticas. Em 1629, Raposo Tavares liderou uma das campanhas que intensificou essa devastação, resultando, entre 1628 e 1630, no deslocamento forçado de cerca de 50

⁹ Benedito Prezia, antropólogo, atua em etno-história indígena, culturas tupi e história das missões no Sudeste brasileiro.

mil indígenas para São Paulo. Segundo John Manuel Monteiro (1994)¹⁰, essas populações formaram a base de vilas como Parnaíba, Itu e Sorocaba.

A presença dos moradores da vila de São Paulo no território guairenho evidencia a familiaridade que esses agentes foram tendo com os sertões e suas rotas, como também revela uma atuação para além dos limites impostos pela administração portuguesa. A travessia em direção ao Paraguai e o estabelecimento de vínculos com indígenas e espanhóis da região reforçam o caráter autônomo de suas ações, muitas vezes em desacordo com as determinações oficiais, como demonstrado pelas tentativas da Câmara de coibir viagens sem autorização (Actas, 1915).

Assim, o território do Guairá passou a ser frequentado por moradores da vila de São Paulo, que, ao longo do tempo, construíram uma rede de relações com as populações indígenas locais e com os espanhóis estabelecidos na Província do Paraguai. Dentre suas diversas empreitadas, destaca-se a tentativa de atravessar o Guairá rumo ao Paraguai. A presença constante desses moradores foi tamanha que, segundo Luis Gonzaga Jaeger, pode ter motivado a fundação de Ontiveros. Nesse contexto, Oseias de Oliveira (2006) aponta que, em determinado momento, uma delegação formada por vários caciques do Guairá foi recebida pelo general Domingo Martínez Irala, então governador do Paraguai, para solicitar auxílio contra as invasões perpetradas pelos tupis e pelos mamelucos oriundos de São Paulo.

Chama atenção o fato de que os próprios caciques do Guairá recorreram aos espanhóis da Província do Paraguai em busca de auxílio para conter a presença crescente dos moradores de São Paulo em seu território. Essa mobilização evidencia a intensidade dos ataques promovidos pelos paulistas, sobretudo no século XVII, quando os moradores de Piratininga intensificaram incursões violentas contra a região guairenha. Segundo Monteiro (1994, p. 57), ao longo desse século, moradores de São Paulo e de vilas vizinhas assaltaram centenas de aldeias, capturando milhares de indígenas de diferentes sociedades para serem utilizados como mão de obra compulsória em suas propriedades. Essas constantes expedições ao interior garantiram uma base crescente de trabalhadores indígenas no planalto paulista, o que possibilitou a produção, o transporte de excedentes agrícolas, e uma articulação, ainda que modesta, com outras regiões da colônia e com o circuito mercantil do Atlântico Sul.

Essa atuação reforça a centralidade dos caminhos de Peabiru como eixo estratégico das incursões dos moradores de São Paulo, ao mesmo tempo em que demonstra como o sertão, longe de ser apenas uma fronteira geográfica, era também um espaço socialmente construído e continuamente atravessado por conflitos, trocas e alianças. A referência à fundação de Ontiveros, motivada por solicitações de defesa contra os paulistas, ilustra como a mobilidade desses moradores influenciou na organização política da região, inserindo o Guairá em uma complexa rede de relações intercoloniais.

Para além da exploração dos povos indígenas pelos moradores de São Paulo, se reconhece que a própria formação da vila não se deu de forma autônoma ou planejada, mas teve como base as trilhas indígenas já existentes na região.

¹⁰ John Manuel Monteiro (1956–2013), historiador, pioneiro nos estudos sobre história indígena no Brasil colonial.

De tudo quanto se viu, constata-se claramente que a constituição básica da rede viária paulistana mais remota se deu, via de regra, a partir dos eixos estruturadores representados por velhas trilhas indígenas. Ao contrário do que ocorreu em algumas cidades brasileiras, Salvador por exemplo, na São Paulo dos primeiros tempos foi quase nula a formação planejada, isto é, intencional de ruas e largos, prevalecendo a espontânea e gradativa incorporação no núcleo urbano da densa malha de veredas preexistentes, algumas das quais de remota origem pré-cabralina. Só a partir do Seiscentos, quando foi aberta a Rua São Bento, e sobretudo a partir dos derradeiros anos do Setecentos, é que as autoridades municipais e da Capitania se preocuparam em começar a ordenar e orientar o crescimento da cidade (Campos, 2006, p. 30)¹¹.

A citação evidencia que a urbanização de São Paulo foi moldada pelos caminhos indígenas, reforçando o papel dos saberes locais na conformação do território. Assim, as relações entre os moradores da vila de São Paulo, o sertão e a região do Guairá revelam uma dinâmica territorial marcada por contradições e ambivalências. Se, por um lado, os paulistas desempenharam um papel ativo na exploração e escravização de indígenas, promovendo ataques a aldeias e reduzindo populações ao cativeiro, por outro, também se constituíram como sujeitos que se utilizaram dos saberes e práticas dos povos originários.

A travessia do sertão, o uso dos caminhos de Peabirú e a própria ocupação da vila demonstram que os colonos dependiam do conhecimento local para se moverem, se instalarem e se sustentarem. A presença contínua no interior, muitas vezes em desacordo com a administração portuguesa, revela um projeto territorial autônomo, que se articulava mais fortemente com o interior do que com o litoral.

Dessa forma, ao compreender a atuação dos moradores de São Paulo no Guairá e nos sertões, é necessário abandonar a imagem de um colono meramente executor das ordens. Esses sujeitos construíram práticas próprias, pautadas por interesses locais e redes de contato que envolviam indígenas, espanhóis e outros moradores. A ocupação e contato com o sertão, com o Guairá foi resultado das amplas relações de indivíduos, que negociaram, aprenderam e violentaram os territórios e suas populações. O sertão aparece como espaço simbólico e geográfico de disputa, onde se sobreponham interesses comerciais, imaginários e resistências nativas.

Trilhas indígenas e intercâmbio de ideias

O território compreendido entre o rio Paranapanema e o rio Iguaçu, e do rio Paraná ao rio Tibagi, com prolongamentos até o litoral atlântico, oficialmente pertenceu à Província do Rio da Prata, sob domínio espanhol, até o ano de 1617. Apesar das delimitações territoriais definidas pelos tratados entre Portugal e Espanha, os portugueses, especialmente os moradores da vila de São Paulo, passaram a incorporar esse território em seu cotidiano. Como tentativa de conter o avanço lusitano, em 1608 o rei da Espanha instituiu a Província del Guairá, que abrangia as terras indígenas situadas a leste do rio Paraná.

¹¹ Eudes Campos é arquiteto e doutor pela USP, com pesquisas sobre história da arquitetura e cultura material.

As dinâmicas sociais estabelecidas revelam que os limites administrativos e os marcos normativos não foram os únicos fatores orientadores das relações entre os diferentes grupos atuantes na região. Os moradores de São Paulo – que se identificavam como portugueses, embora já se constituíssem como sujeitos históricos distintos (Vieira, 2024) –, líderes espanhóis e missionários jesuítas estabeleceram conexões que muitas vezes escapavam da lógica estatal. A convivência cotidiana e os interesses locais conduziam à apropriação da terra e ao uso do território de acordo com motivações individuais, revelando uma prática moldada por percepções particulares e necessidades imediatas, mais do que pela obediência às determinações formais.

Para acessar os espaços, os habitantes utilizavam meios fluviais, especialmente pelos vales dos grandes rios Iguaçu, Tibagi e Ivaí. Além desses caminhos aquáticos, também existiam vias terrestres de comunicação, responsáveis pelo transporte de mercadorias, em especial o gado. Essas rotas auxiliaram na ocupação dos territórios paranaenses (Chagas; Mota, 2008). Os percursos utilizados contribuíram para o surgimento de pequenas vilas e, posteriormente, de cidades, sobretudo na região conhecida como Paraná Velho. Ao longo dessas estradas, foram identificados sítios arqueológicos dos séculos XVIII e XIX, ligados aos caminhos dos tropeiros, aos pousos de abastecimento e descanso de tropas, bem como às fazendas de invernadas.

Na primeira metade do século XIX, três rotas de tropeiros chegavam em Sorocaba, vila na Comarca de Itu que teve papel central na expansão da pecuária para além das fronteiras da província. Em 1728 foi instalado o Primeiro Caminho de Tropa, o chamado “Caminho de Viamão”, que incorporou várias trilhas indígenas entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Seu percurso, que ligava Viamão, a cerca de 25 quilômetros de Porto Alegre, a Sorocaba, a cerca de 90 km de São Paulo, era pontuado por paradas nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (Feldman, 2023, p. 232).

A análise das fontes como Feldman (2023) e discussões apresentadas evidencia a importância dos caminhos para a ocupação dos territórios — tanto os fluviais quanto os terrestres. Essas rotas milenares, utilizadas por longos períodos pelos povos nativos, foram apropriadas pelos europeus graças ao conhecimento e aos saberes dos habitantes originários. Ainda que esse protagonismo indígena tenha sido sistematicamente desvalorizado nas narrativas da época, é inegável que sem o domínio que esses povos tinham do ambiente, os grupos recém-chegados não teriam conseguido se fixar nesses espaços.

A ocupação e a organização do território do Guairá não podem ser compreendidas sem a consideração dos caminhos ancestrais utilizados pelos povos indígenas muito antes da chegada europeia. Os rios Iguaçu, Tibagi e Ivaí, bem como as veredas terrestres que ligavam diversas regiões, foram utilizados por todos aqueles que perpassavam o território como meios de circulação, abastecimento e domínio territorial. Essas rotas não apenas permitiram a inserção de indivíduos no interior do território, mas também estruturaram os eixos de mobilidade que sustentaram a fundação de vilas, aldeamentos missionários e, posteriormente, cidades.

No caso específico do Guairá, os caminhos também exerceram papel decisivo na construção das relações sociais, econômicas e políticas entre diferentes grupos. Habitantes de São Paulo, jesuítas, indígenas e representantes da administração espanhola lançaram mão dessas rotas para estabelecer redes de contato, realizar trocas comerciais e articular alianças. A fluidez territorial promovida pelos caminhos favoreceu tanto o avanço dos interesses lusitanos quanto a resistência indígena e jesuítica, configurando uma territorialidade dinâmica, marcada por disputas, cooperações e adaptações. Assim, os caminhos não foram apenas vias de passagem, mas agentes estruturantes da própria experiência no Guairá.

Considerações finais

Neste artigo, propusemo-nos a realizar um panorama histórico e geográfico do território do Guairá, destacando sua complexidade populacional e espacial. Evidenciamos a presença milenar dos povos indígenas, especialmente os Guarani, cuja organização social e domínio territorial foram presentes no desenvolvimento de alianças, negociações e resistências frente à chegada dos europeus. A atuação desses grupos não se limitou a uma posição passiva diante do momento, mas constituiu elemento estruturante das dinâmicas de poder e ocupação da região.

Destacamos também a importância do Guairá como espaço de circulação e articulação entre diferentes regiões, em um tempo em que os rios e trilhas terrestres desempenhavam papel ativo na comunicação e transporte. A rede de caminhos conhecida como Peabirú, foram apropriados por diferentes agentes administrativos e religiosos, tornando-se locais para o trânsito de pessoas, ideias, produtos e práticas sociais.

A presença ibérica no Guairá manifestou-se por múltiplas vias, com a atuação simultânea de representantes da administração portuguesa e espanhola, missionários jesuítas de ambas as coroas e moradores da vila de São Paulo. Essa confluência de interesses econômicos, políticos e religiosos produziu um território em constante disputa e reorganização. A atuação jesuítica, por meio das reduções, buscava impor uma nova lógica espiritual e social, enquanto os paulistas, a despeito dos limites formais da administração portuguesa, exploravam o interior com base em interesses próprios, revelando práticas autônomas e estratégias específicas de adaptação ao sertão.

Por fim, destacamos a centralidade dos caminhos indígenas, tanto fluviais quanto terrestres, como base da ocupação e reorganização do território guairenho. As trilhas abertas pelos povos originários foram utilizadas por europeus e moradores locais no processo de mobilidade, comércio e formação de núcleos urbanos. A ocupação do chamado “Paraná Velho”, com a formação de vilas e, mais tarde, cidades, está diretamente ligada a essa rede de circulação. Foram os caminhos milenares que sustentaram o avanço da ocupação europeia, além de funcionarem como espaços de intercâmbio social.

Referências Bibliográficas

- ACTAS da Câmara da Villa de S. Paulo 1596 - 1622. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. Vol. II. São Paulo: Duprat - Rua Direita, 1915. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/Atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- ANCHIETA, Joseph. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.
- CAMPOS, Eudes. A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos. Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, São Paulo, n. 204, p. 11-34, 2006.
- CARDOSO, Ramón I. La antigua Provincia de Guaiá y la Villa Rica del Espírito Santo. Buenos Aires: Jesús Menéndez, 1938.
- FELDMAN, Sarah. A Província de São Paulo na primeira metade do século XIX: urbanizações e práticas do espaço. In: FRIDMAN, Fania; FERREIRA, Carlos Henrique C. (org.). Urbanizações brasileiras 1800-1850 [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 230-238.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil: século XVI - o estabelecimento. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1938.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, Tômo I: Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé; Estabelecimentos e assuntos locais; Séculos XVII - XVIII. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945.
- LOZANO, Pedro. Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán. Buenos Aires, 1874. v. III, p. 71.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- OLIVEIRA, Oséias de. Índios e Jesuítas no Guairá: a redução como espaço de reinterpretação cultural (século XVII). 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.
- PARELLADA, Claudia Inês. Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 115-132.
- PREZIA, Benedito A. A Câmara da vila de São Paulo como manifestação da sociedade civil nos séculos XVI e XVII. Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 29, 2008.

RABUSKE, Artur. A carta-magna das reduções do Paraguai. In: Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros: A experiência reducional no Sul do Brasil. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1975. p. 174.

RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], v. 63, p. 42-66, 1 abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p42-66>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/vLkjPnnvyz3B6vMbkpkhQcN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2023.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879.

VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIEIRA, Andreza da Silva. A vila de São Paulo de Piratininga e a gênese de uma nova identidade (1562–1640). 2024. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024. Orientador: Sezinando Luiz Menezes.